

A EXPERIÊNCIA DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS PUC-SP “MARIA AUGUSTA THOMAZ” NA PROMOÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO PARA A ATUAÇÃO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE¹

André Ricardo dos Santos Lopes (PUC-SP)

Anna Catharina Machado Normanton (PUC-SP)

Ana Clara Toscano Aranha Pereira (PUC-SP)

RESUMO: O seguinte estudo é uma análise crítica da experiência da Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz” sobre seus dois cursos de formação em Direitos Humanos, o I e o II Curso de Formação de Voluntários.

Esta Clínica trabalhava com pluralidade temática – Violência de Estado, LGBT e Gênero e Migração e Refúgio e uma breve experiência de um núcleo acerca de Igualdade Racial – e com diversos estudantes voluntários simultaneamente em cada um destes eixos. Lidando com este grande número de aderidos, os coordenadores da Clínica precisavam estar certos que eles estavam preparados para dialogar com o público-alvo da clínica, pessoas vindas de diversas minorias. Para tanto, foram realizados em 2016 e 2017 os cursos de formação de voluntários. Tratava-se de rodas de conversa entre os voluntários e especialistas nos temas de cada aula – acadêmicos ou membros de movimentos sociais.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Clínica de Direitos Humanos; Ensino do Direito; formação; grupos vulneráveis.

ABSTRACT: The following study is a critical analysis of the experience of the PUC-SP Human Rights Clinic "Maria Augusta Thomaz" about its two human rights training courses, the I and II Volunteer Training Courses.

This Clinic worked with thematic plurality - State Violence, LGBT and Gender and Migration and Refugee, and a brief experience of a group about Racial Equality - and with several volunteer students working simultaneously in each of these axis. In dealing with this

¹ Trabalho apresentado no VI ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito, no GT07. Diálogos e experiências entre antropologias e direito nas formações jurídicas: clínicas, extensões, pesquisas coletivas e novas tecnologias de ensino e difusão de direitos.

large number of adherents, the Clinic coordinators needed to be sure that they were prepared for dialogue with the clinic's target audience, people from various minorities. Therefore, volunteer training courses were held in 2016 and 2017. These were dialogue circles between the volunteers and specialists in the themes of each class - academics or social movements members.

Keywords: Human Rights; Human Rights Clinic; Law Teaching; training courses; vulnerable groups.

SUMÁRIO: *Introdução. 1. O método de ensino clínico do Direito. 2. Os cursos; 2.1. O I Curso de Formação de Voluntários; 2.2. O II Curso de Formação de Voluntários. 3 Os voluntários; 3.1. No I Curso de Formação; 3.2. No II Curso de Formação. 4. Eventos promovidos pela Clínica. 5. Depoimentos de ex-participantes dos Cursos de Formação; 5.1. 1ª Entrevista: Jackeline Gomes Falcão; 5.2. 2ª Entrevista: Carolina Macedo Montaña. Conclusão. Bibliografia.*

INTRODUÇÃO

O seguinte estudo é uma análise da experiência da Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz” relativo a seus dois cursos de formação em Direitos Humanos, o *I e o II Curso de Formação de Voluntários – Clínica de Direitos Humanos “Maria Augusta Thomaz”*, realizados, respectivamente, nos anos de 2016 e 2017.

Esta Clínica trabalhava com certa pluralidade temática – a princípio, três núcleos temáticos: Violência de Estado, LGBTTIQ+ e Gênero e Migração e Refúgio, e, posteriormente, uma breve experiência com a formação de um quarto núcleo: Promoção da Igualdade Racial – e com diversos voluntários simultâneos, trabalhando em cada um destes eixos, além dos coordenadores de cada núcleo e as professoras responsáveis.

Lidando com um grande número de aderidos, vindos de diversas origens sociais e de diversos cursos universitários, os coordenadores da Clínica se viram na necessidade de pensar um meio de alinhar os estudantes voluntários com a filosofia da Clínica e seus coordenadores, de alinhar os estudantes voluntários entre si, bem como desse a eles a certeza que estes voluntários estavam preparados para lidar com o universo da práxis e da efetivação dos direitos humanos. Universo este distinto do universo da Academia, origem em comum dos voluntários². Portanto, era necessários que os estudantes voluntários estivessem, acima de tudo, preparados

² Ver Tabela 3.3.

para dialogar com o público-alvo da clínica na prática, ou seja, pessoas vindas de diversos grupos vulneráveis – vindas, inclusive, de diferentes contextos culturais, no caso dos migrantes e refugiados.

Para tanto, foi formulado no 1º semestre de 2016 e executado no 2º semestre do mesmo ano, o *I Curso de Formação de Voluntários*. Esta formação seria composta de uma roda de conversa entre os voluntários e especialistas nos temas de cada aula – que giravam em torno da Teoria Geral dos Direitos Humanos, Clínicas de Direitos Humanos e outros órgãos universitários de Direitos Humanos e temas relativos a cada um dos núcleos de atuação –, sendo estes especialistas, além de acadêmicos e membros de movimentos sociais, membros dos grupos sociais vulneráveis em questão. Com o sucesso do *I Curso*, foi realizado o *II Curso*, um pouco mais enxuto e com uma abordagem mais prática, enfocando em movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor.

O método utilizado neste trabalho é a análise de dados quantitativos e qualitativos do desempenho do *I* e do *II* Curso de Formação de Voluntários – Clínica de Direitos Humanos “Maria Augusta Thomaz”, realizados em 2016 e 2017.

Além disso, será analisada a literatura indicada na bibliografia proposta, referente à Educação e o Ensino Jurídico – e especificamente sobre o Ensino Clínico do Direito –, para alcançarmos, de forma crítica, uma conclusão sobre a eficácia e o impacto destes cursos para os estudantes voluntários.

Foram considerados para este estudo o número de inscritos como candidatos a voluntários³; número de candidatos selecionados para a realização dos cursos⁴; número de participantes que foram aprovados no curso⁵; metodologia proposta para os encontros e a avaliação do aproveitamento do curso⁶; e, por fim, depoimentos atuais – dois e três anos após a formação –, de duas estudantes que concluíram e que desistiram do curso⁷.

Portanto, este trabalho se destina a analisar, de forma crítica, a eficácia os impactos da experiência do fornecimento destes ciclos de formação de voluntários no âmbito da Clínica de Direitos Humanos, para que, assim, possam realizar um trabalho mais adequado com interlocutores que vêm de diferentes contextos e que se encontra em uma situações delicadas de violações dos seus Direitos Humanos.

³ Ver Tabelas 3 e 6.

⁴ Ver Tabelas 4 e 7.

⁵ Ver Tabelas 5 e 8.

⁶ Ver Capítulo 2 deste trabalho.

⁷ Ver Capítulo 5 deste trabalho.

1. O MÉTODO DE ENSINO CLÍNICO DO DIREITO

O estudo clínico do Direito teve origem nos Estados Unidos – posteriormente ampliado para as Faculdades de Direito europeias, por meio do método desenvolvido pelo Prof. Christopher Columbus Langdell, da Universidade de Harvard. Posteriormente, tal método foi criticado por Jerome Frank, que propôs uma ciência do Direito em que os estudantes, através do método socrático de ensino, também produzissem conhecimento e já desde a graduação passassem a pensar enquanto profissionais, refletindo acerca dos problemas sociais que circundavam a Faculdade de Direito (WIZNER, 2001-2002).

Nessa linha, as clínicas de direitos humanos têm como referência o modelo das clínicas legais na medida em que propõem não apenas o estudo teórico de casos, mas também têm como escopo ações interventivas, quer sejam de litigância ou não, tais como a produção de manuais, a elaboração de relatórios ou a orientação jurídica de grupos vulneráveis. O foco principal das clínicas de direitos humanos é promover formas de aprendizagem ativa que considerem a aplicabilidade das ferramentas jurídicas a partir de uma perspectiva crítica, na qual se incorporam aspectos do contexto sociais, cultural e econômico em que vivem as populações vulneráveis e marginalizadas.

Em sua grande maioria, as clínicas lidam com projetos específicos, abordando-os, comumente, do ponto de vista da extensão, mediante a intervenção em situações de violação de direitos humanos, da pesquisa, por meio do fomento de estudos e análises de tais situações, bem como de prática jurídica, tendo como objetivo formar o discente para atuar profissionalmente no âmbito da jurisdição internacional dos direitos humanos.

Interessante observar que ideias semelhantes já se verificavam desde 1893, na Universidade da Pennsylvania, Denver, Yale e Wisconsin. O método de ensino clínico do Direito – posteriormente também dos Direitos Humanos – surge como um questionamento aos métodos tradicionais de ensino jurídico, em que há a atenção e interação dos alunos perante casos reais, não deixando de lado a atenção aos livros e à doutrina (WITKER, 2007).

Normalmente, no ambiente universitário, os estudos, bem como a forma de adquirir conhecimento durante a graduação se dava apenas através de casos propostos em sala de aula, com enfoque de estudo na própria decisão e na teoria jurídica por trás dela, mas não no caso em si ou nas condições em que ele se desenvolveu. O diferencial das Clínicas Jurídicas é o aprendizado humanizado, a capacidade adquirida pelo estudante de ver o lado humano envolvido nas questões que se trabalha (ABRAMOVICH, 2007).

Posteriormente este modelo de ensino foi adaptado às universidades europeias, com grande presença na Inglaterra, França, Itália e Alemanha, principalmente. Nas últimas décadas,

ele tem se ampliado pela América Latina e América do Sul, chegando finalmente ao Brasil. Tendo sua origem no modelo de países anglo-saxônicos, o movimento de criação de Clínicas brasileiras tem crescido exponencialmente, visando não simplesmente importar esse modelo, mas adaptá-lo às realidades e urgências de cada região do Brasil, através de um método de extensão acadêmica que possibilita aliar prática e teoria, por meio do ensino participativo em que os estudantes constroem o seu próprio conhecimento e dele se utilizam para impactar positivamente a sociedade.

Nesse sentido, é preciso que o processo de aprendizagem do operador do Direito seja emancipatório, capaz de abarcar a demanda das necessidades sociais que o rodeiam. Infelizmente por vezes a consciência da complexidade dos conflitos e das relações entre os atores nele envolvidos e os direitos a serem garantidos fica sufocada numa formação pouco reflexiva e apenas dogmática. No Estado Democrático de Direito o operador jurídico é indispensável, fundamental à administração e promoção da justiça, devendo ter consciência do exercício de sua função social, bem como das ferramentas que possui para garantir e promover os Direitos Humanos dentro e fora da atividade judicial.

Por isso se faz necessária uma formação completa, crítica, reflexiva e multidisciplinar, que possibilite a percepção de diversas vertentes dos conflitos, bem como o saber agir diante dos casos práticos, dentro de uma lógica capaz de garantir e promover os Direitos Humanos. Esta formação deve possibilitar que o operador do direito esteja apto a identificar violações de Direitos Humanos, discernir quando a violência for institucional, reiterada, estrutural, bem como saber como responder a estas situações buscando a reparação, promoção e efetividade dos Direitos Humanos.

Portanto, as Clínicas de Direitos Humanos no Brasil surgem com o intuito de oferecer apoio jurídico a movimentos sociais, serviços de consultoria jurídica, assessoria jurídica e representação processual, formação e capacitação de agentes sociais e gestores públicos, desenvolvendo pesquisas sobre direitos humanos para entes governamentais e não governamentais. Buscando também humanizar o ensino jurídico nos país.

Ainda que em pequeno número diante da imensidão de nosso território e de nossas desigualdades, as Clínicas de Direitos Humanos vem sendo criadas e resistindo dentro das universidades, tanto públicas quanto privadas. Os entraves e desafios encontrados na criação de uma Clínica são muitos, mas todo o esforço possui um estimulante resultado no ensino jurídico do país. Felizmente, o número de clínicas de direitos humanos tem crescido no país ao longo da última década e a Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz” é um exemplo disso.

A criação da Clínica Jurídica buscou ampliar o espaço de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Direitos Humanos, dos direitos coletivos e difusos, com um novo modelo metodológico, que permite desenvolver atividades orientadas por diferentes instrumentos de estudo que apoiam a seleção de casos reais e hipotéticos, de demandas judiciais, de assessoria e consultoria a organizações não governamentais e entes públicos, com elaboração de relatórios, pareceres, *amicus curiae*, entre outras ações visando à promoção dos Direitos Humanos e à prevenção de sua violação.

Foi buscado, então, identificar e apoiar estudantes e profissionais do Direito e demais áreas que tenham interesse pela atuação nos Direitos Humanos, bem como levar o estudo e aprendizagem dos Direitos Humanos a todos os outros ramos do Direito, garantindo o aprimoramento e a humanização da justiça, a fim de contribuir para a correção de falhas estruturais no sistema judicial brasileiro. O contato com a prática de casos que envolvam Direitos Humanos tem o intuito de sensibilizar os estudantes e operadores do direito envolvidos para as questões pertinentes a esta área, possibilitando que apliquem a lei em consonância com o contexto social vivido, atuando como transformadores da realidade social. A aplicação buscada é a da norma mais favorável ao ser humano, independentemente de ser infralegal, constitucional ou internacional. Os estudantes diagnosticam e controlam os casos que envolvam possíveis violações de Direitos Humanos. Aliando, assim, a formação humanística dos estudantes com a busca da transformação social.

Nesta linha, a Clínica, bem como seu curso de formação, visaram a promover a capacitação e qualificação dos discentes para a atuação prática na área dos direitos humanos, contribuindo com a formação de consciência social, a partir da qual conceba o Direito como uma ferramenta de mudança, de prevenção e solução de conflitos, bem como de promoção de políticas públicas. O acúmulo teórico possibilitará a exploração de abordagens críticas sobre o Direito e seu papel de intervenção na sociedade. A atuação deve se dar a partir de casos emblemáticos que sensibilizem a sociedade civil e o poder público sobre determinado tema, a fim de promover modificações legislativas, criação de políticas públicas e decisões judiciais favoráveis à defesa dos grupos minoritários.

A Clínica buscou trazer para dentro do ambiente universitário, a partir de seus cursos de formação, questões do cenário sócio-político-jurídico brasileiro, abrindo a via de diálogo entre sociedade e estudantes, pesquisadores, professores e profissionais do Direito e demais áreas de conhecimento. Ou seja, projeto buscou contribuir para que a universidade seja relevante socialmente, atuando como um instrumento transformador da realidade que a rodeia, cumprindo, enfim, sua função social. Conforme Moacir Gadotti, “*o ato educativo corresponde*

a este esforço de leitura do meio social, econômico e político” (GADOTTI, 1984, p. 20). E esta leitura configura “um ato de tomada de consciência do nosso mundo, aqui e agora, que visa notadamente ultrapassar as contradições e elementos opressivos deste mundo” (GADOTTI, 1984, p. 21).

O trabalho da Clínica buscou permitir o desenvolvimento de atividades orientadas por diferentes instrumentos de estudo como a seleção de casos reais e hipotéticos de demandas judiciais, simulados, diversas formas de negociação, mediação, conciliação, campanhas de visibilidade e conscientização ligadas a direitos de grupos vulneráveis socialmente, assessoria e consultoria a organizações não governamentais e entes públicos ou privados, com elaboração de relatórios, pareceres, *amicus curiae*, publicação de artigos científicos, coleta de dados sobre a realidade das violações e vitórias em Direitos Humanos na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil, visando à promoção dos Direitos Humanos e à prevenção de sua violação.

Para os estudantes de direito a participação em clínicas de direitos humanos traz diversos benefícios, como a compreensão que o direito pode ser um meio para mudanças sociais e não um fim em si mesmo (SAULE JÚNIOR, 2015, pp. 16-18). Além disto, a participação e envolvimento em clínicas de direitos humanos fazem com que os estudantes adquiram habilidades de prática jurídica em direitos humanos e litigância estratégica, habilidades estas que raras faculdades privadas do Brasil são capazes de oferecer a seus estudantes, justamente em razão da falta de clínicas jurídicas voltadas aos direitos humanos.

Por fim, as clínicas de direitos humanos são uma excelente ferramenta para que as universidades privadas capacitem seus estudantes na escrita de peças jurídicas, pareceres, no aperfeiçoamento da comunicação oral e interpessoal, na habilidade de pensar criticamente e de desenvolver estratégias efetivas para solucionar problemas sociais e interpessoais, na capacidade de organização e sistematização de trabalho, na capacidade de agir da maneira mais acertada ainda que quando posto sob pressão, no aprimoramento da capacidade de trabalho em grupo, no desenvolvimento de uma forte habilidade de pesquisa jurídica de direito nacional e estrangeiro, inclusive na capacidade de articulação e comparação de ambos.

2. OS CURSOS

A Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz”, desde seu início, pretendia-se aberta a pessoas de todas as origens sociais e acadêmicas. Para abraçar um maior e mais diverso número de pessoas, os fundadores da Clínica⁸, em seu nascimento em dezembro

⁸ Na época, os estudantes Anna Catharina Machado Normanton, da PUC-SP, André Ricardo dos Santos Lopes, da PUC-SP e FFLCH-USP, Ana Clara Toscano Aranha Pereira, da U. P. Mackenzie, e Felipe Brandão Daier, da

de 2015, decidiram, ambiciosamente, por ampliar a abrangência de atuação. Assim decidiram os três primeiros núcleos: Combate à Violência de Estado, Direitos da População LGBTI+ e Migração e Refúgio. Cada um destes eixos temáticos estava relacionado com a trajetória acadêmica e militante de cada um dos responsáveis pela fundação da Clínica. Além disso, foi decidido abrir as atividades da Clínica para estudantes que se interessassem em colaborar voluntariamente com ela, independente do curso ou da Instituição de Ensino Superior de origem.

Todavia, esta diversidade de pessoas tocando um só projeto - este sem formalização pela universidade – gerava desafios. O primeiro era alinhar todos estes voluntários para um mesmo propósito. O segundo era certificar o preparo que eles, normalmente vindo de um contexto de privilégios sociais, teriam para lidar com a práxis e a efetivação dos Direitos Humanos, tratando com indivíduos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade, que estavam sendo privados de sua dignidade humana.

Portanto, os coordenadores decidiram por realizar um ciclo formativo, um “curso de formação de voluntários”, para prepará-los para trabalhar com a Clínica e com as populações vulneráveis com quem a Clínica devia trabalhar. O curso serviria também para trazer aprendizado inclusive para os próprios coordenadores – também mais acostumados com o meio acadêmico.

Este curso seria requisito para que os voluntários trabalhassem com as atividades práticas, envolvendo pessoas. Sem a conclusão do curso, os voluntários poderiam participar apenas das reuniões e das atividades acadêmicas.

O método de ensino desta formação seria o Método Socrático, envolvendo o diálogo com membros dos grupos vulneráveis em questão, abordados em cada um dos encontros. Para tanto, seriam convidados não só acadêmicos, mas também membros de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil.

Por este motivo, desde o começo do segundo semestre de 2016, foram realizados encontros quinzenais, aos sábados, visando a participação de todos(as) os(as) estudantes sem o conflito com o horário de aulas, para que eles e elas se inteirassem sobre como dialogar com públicos diversos, quais as temáticas que envolvem os problemas a serem enfrentados fora do espaço universitário e como respeitar estes grupos.

2.1. O I Curso de Formação de Voluntários

PUC-SP, sob a coordenação da Prof^a Dra. Flávia C. Piovesan e da Me. Akemi Kamimura. Posteriormente, no semestre seguinte, contaram com a adesão de André Sposito Mendes, mestrando em Direito da PUC-SP.

No primeiro encontro debatemos a teoria geral dos Direitos Humanos, de forma crítica, no segundo dialogamos sobre o ensino clínico de Direitos Humanos, no terceiro convidamos Amelinha Teles, ex-presa política e fundadora da União de Mulheres de São Paulo e a promotora de justiça e professora de Direito Penal da PUC-SP Eliana Vendramini para debater sobre justiça de transição no Brasil, no quarto conversamos com a Secretária Adjunta de Cidadania e Direitos Humanos Djamilia Ribeiro e com o Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial Elizeu Lopes sobre Igualdade Racial. Os próximos encontros abordaram as temáticas LGBT e de direitos das mulheres e de refugiados e migrantes, visando a ampliar o espectro dos voluntários, para que em 2017 saíamos do espaço físico da universidade e começemos a galgar nossos impactos transformadores dentro da sociedade.

Desta forma, o *I Curso de Formação de Voluntários* foi estruturado da forma como vista nas tabelas abaixo.

Tabela 1: I Curso de Formação de Voluntários			
Encontros	Convidados	Data	Presentes
I - Direitos Humanos	Profª Dra. Flávia Cristina Piovesan (PUC-SP) - ausente	27/08/2016	10
II - Organismos universitários de Direitos Humanos	Prof. Dr. Nelson Saule Júnior (PUC-SP; Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" - PUC-SP) - ausente	10/09/2016	8
III - Justiça de Transição e Direitos Humanos	Maria Amélia "Amelinha" de Almeida Teles (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão Estadual da Verdade/SP); Profª Me. Eliane Faleiros Vendramini Carneiro (PUC-SP; MP-SP)	24/09/2016	13
IV - Direitos Humanos e Igualdade Racial no Brasil	Me. Djamilia Ribeiro (EFLCH-UNIFESP; SDHC-PMSP); Elizeu Soares Lopes (Advogado, SPIR-PMSP); Profª Me. Lucineia Rosa dos Santos (PUC-SP)	08/10/2016	22
V - Direitos Humanos das Pessoas LGBTs	Rute Alonso (União de Mulheres do Município de São Paulo)	22/10/2016	5

VI - Violência Institucional	Profª Dra. Esther Solano (EPPEN-UNIFESP); Janaína Gomes (Clínica de Direitos Humanos "Luiz Gama" - FD-USP)	29/10/2016	14
VII - Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados	Me. Daniel Chiaretti (DPU)	12/11/2016	9

Tabela 1.1: Orçamento
R\$100,00*

* Valor referente ao transporte da convidada Djamila Ribeiro, no dia 08/10/2016.

Observe-se, através da tabela 1.1, que o Curso foi realizado de forma autônoma, sem qualquer apoio institucional vindo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e contando, em grande parte com o voluntarismo e cooperação dos convidados, bem como dos coordenadores da Clínica e dos próprios voluntários.

Além do diálogo com os convidados, foi recomendada uma bibliografia, que serviria para dar base teórica para os participantes e como eixo do que seria discutido.

A bibliografia principal, que seria discutida nos dois primeiros encontros, foi:

- CAVALLARO, James L. “Prefácio”, in: LAPA, Fernanda Brandão. *Clínica de Direitos Humanos: uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil*. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- SAULE JÚNIOR, Nelson et al. *Pesquisa - Organismos Universitários de Direitos Humanos*. São Paulo: Artgraph, 2015.

Esta bibliografia traz as bases do que é o Estudo Clínico do Direito e o que é uma Clínica de Direitos Humanos.

Além desta bibliografia básica, cada encontro, em acordo com os convidados, teria algum texto, ou um conteúdo em outras mídias, pertinente a cada encontro.

Por fim, na encerração do I ciclo formativo, sugerido pelos próprios voluntários, no dia 12 de dezembro de 2016, seriam discutidos os textos:

- BAYLEY, David H. “Law enforcement and the rule of the law: is there a trade off?”. *Commentary*, v. 1, n. 2, 2002, p. 133-154.
- CALDEIRA, Teresa Pires do R. “Direitos Humanos ou ‘privilégios de bandidos’?: Desventuras da democratização brasileira”. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 30, jul 1991, p. 162-174.

- PIERUCCI, Antônio Flávio. “As bases da nova direita”. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 19, dez 1987, p. 26-45.

Para decidir a aprovação ou não dos participantes, neste primeiro curso foi considerado apenas a frequência em 75% dos encontros. Dos 34 voluntários que foram selecionados para participar da Clínica e realizar o Curso de Formação, foram aprovados 26⁹.

2.2. O II Curso de Formação de Voluntários

Apesar do sucesso na primeira experiência com o curso de formação realizado no 2º semestre de 2016, o *II Curso de Formação de Voluntários* trouxe novos desafios para os coordenadores.

Como discutido com os voluntários, decidiu-se por abrir um quarto núcleo, de Promoção da Igualdade Racial¹⁰. O tema não tinha como ser devidamente abordado apenas de forma transversal entre os núcleos ou no Núcleo de Migração e Refúgio, que até então contava também com o recorte do racismo e da xenofobia. Por isso, era necessário ampliar a estrutura e o número de voluntários envolvidos.

Além disso, a Clínica contava já com um corpo de voluntários suficiente para realizar suas atividades. A seleção e formação de novos voluntários deveria ser menor e mais enxuta. No entanto, o que se percebeu, ao ser aberto o processo seletivo, foi uma considerável popularidade que a Clínica alcançou. Houve 209 inscritos¹¹. Destes, com razoável esforço, foram selecionados apenas 34 novamente para iniciar as atividades na Clínica e realizar a formação¹².

Dada a experiência com a formação anterior, o *II Curso de Formação de Voluntários* já estava marcado para o dia 18 de março de 2017. Contudo, no dia 15 de março de 2017, após um encontro com a reitora da PUC-SP à época¹³, em um esforço de formalização junto à universidade na Pró-Reitoria de Cultural e Relações Comunitárias (PROCRC), a pedido seu, foi adiada a formação, a ser realizada após devida formalização.

Como a formalização não ocorreu, decidimos manter o *II Curso de Formação de Voluntários*, apesar do atraso de alguns meses e dificuldades com a continuidade de algumas das atividades.

⁹ Ver Tabela 5.

¹⁰ Sob a coordenação da advogada Pâmela Andrade Stempluk, Bacharela em Direito pela PUC-SP.

¹¹ Ver Tabela 6.

¹² Ver Tabela 7.

¹³ A Profª Dra. Maria Amália Pie Abib Andery. E, na época, estávamos sob a coordenação da Profª Dra. Silvia Carlos da Silva Pimentel.

Foi decidido que o *II Curso de Formação de Voluntários* deveria ser mais enxuto e ainda mais voltado para a prática. Então o curso tomou a forma a seguir apresentada.

Tabela 2: II Curso de Formação de Voluntários			
Encontros	Convidados	Data	Presentes
I - Estudo Clínico do Direito	Não	12/08/2017	S/ info
II - Gênero e Direitos Humanos	Profª Dra. Sílvia Carlos da Silva Pimentel (PUC-SP; ONU Mulheres) - ausente	26/08/2017	S/ info
III - Direito Internacional do Refugiado e o refugiado na ordem jurídica brasileira	Profª Me. Lucineia Rosa dos Santos (PUC-SP); Prof. Dr. William Torres Laureano da Rosa (PPGRI "San Tiago Dantas"; Caritas Arquidiocesana de São Paulo)	16/09/2017	15
IV - Situação Carcerária	Cheila Maria Subenko Olalla (CEDECA Sapopemba; CEBS; PPCAAM-Samaritanos); Pedro Bertolucci Keese (Advogado, NECRIM PUC-SP)	30/09/2017	22
V - Direitos Humanos e População LGBTT	Regiane Silva (Coletivo Audre Lorde; Acampamento de Feminismo Interseccional); Prof. Dr. Adilson José Moreira (U. P. Mackenzie)	14/10/2017	19

Tabela 2.1: Orçamento
R\$0,00

A bibliografia básica foi alterada. Passaríamos a discutir as seguintes obras:

- CAVALLARO, James L.; GARCÍA, Fernando E. “¿Cómo establecer una Clínica de Derechos Humanos? Lecciones de los Prejuicios y Errores Colectivos en las Américas”, *Justicia Constitucional*, v. 6, p. 124, nov. 2011.
- LAPA, Fernanda Brandão. *Clínica de Direitos Humanos: uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil*. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

Além disso, nos encontros, focou-se mais no diálogo mais livre com os convidados, então houve menos discussões de obras, que foram deixadas para os encontros quinzenais específicos de cada núcleo.

Assim como a bibliografia, outros aspectos das atividades de formação estavam mais fragmentados entre os eixos temáticos. O critério utilizado para a aprovação dos participantes passaria a ser apenas a presença nos dois primeiros encontros, de temas mais gerais sobre a Clínica, e no encontro referente a cada eixo temático.

Apesar da aprovação de um maior número de voluntários¹⁴, não consideramos que o II ciclo formativo foi tão bem-sucedido quanto o primeiro. O *II Curso de Formação de Voluntários* sofreu muito impacto com um número excessivo de voluntários e, diferente do que esperávamos, ao invés de uma maior fragmentação dos números facilitar a organização da Clínica, dificultou e quase inviabilizou o curso, já que o conhecimento adquirido pelos participantes ficou muito limitado a sua área de atuação – normalmente, de certa forma, já conhecido por eles.

Além disso, as formações e os trabalhos práticos da Clínica padecem com a falta de formalização junto a universidade, inviabilizando, assim, uma série de atividades e parcerias.

3. OS VOLUNTÁRIOS

O grande número e a heterogeneidade dos candidatos a voluntários da Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz” foram um fator importante para a decisão de se criar um ciclo formativo.

De certo, não deveria ser diferente. A ideia inicial da Clínica sempre foi a de impactar o maior número de pessoas possíveis que se interessassem pelo tema, não restringindo os participantes por cursos ou instituições de origem – dada a essência universal e interdisciplinar dos Direitos Humanos.

No entanto, os coordenadores precisavam ter certeza que, dentro de toda essa diversidade, os participantes deveriam ter uma boa noção do que eram os Direitos Humanos e o Ensino Clínico do Direito, bem como alinhados entre si e alinhados com a filosofia e os objetivos da Clínica. Além disso, os coordenadores precisavam da certeza de que os voluntários, em grande parte estudantes, graduandos em seus primeiros cursos de bacharelado, e ainda muito atrelados ao ambiente acadêmico, saberiam lidar com o trabalho junto a grupos sociais urbanos

¹⁴ Ver Tabela 8.

em situação de vulnerabilidade – em grande parte vindo de contextos muito distintos dos estudantes voluntários.

3.1. No I Curso de Formação

Para 1ª Seleção de Voluntários, realizada no 1ª Semestre de 2016, houve um número ainda modesto de voluntários. Em grande parte, ainda vinculados a Faculdade de Direito da PUC-SP. Contudo, percebe-se que o grupo contava com interdisciplinaridade e, além disso, com diversidade de origem dos membros. Atente-se ao fato de contarmos com desde alunos do primeiro ano do curso de Direito vindos de contextos privilegiados, até bolsistas, profissionais, mães, e um ex-policial militar do Estado de São Paulo reformado.

Observe-se, abaixo, comparando as tabelas 3 e 6, que neste primeiro momento, não pedíamos que os voluntários se vinculassem a um dos núcleos. Eles poderiam escolher após a conclusão do curso, além de poderem escolher entrar em mais de um deles.

Tabela 3: 1ª Seleção de Voluntários (2016)	
Convocação por edital (18/04/2016 a 07/05/2016)	
Total de Respostas	40

Tabela 3.1: IES de origem	
PUC-SP	33
USP	4
U. P. Mackenzie	2
Anhanguera	1
Não informados	0

Obs.: Alguns candidatos estão vinculados a mais de uma instituição.

Tabela 3.2: Cursos de origem	
Direito	35
RI	4
História	1
Ciências Sociais	1
Psicologia	1

Obs.: Alguns candidatos realizam mais de um curso.

Tabela 3.3: Escolaridade	
Graduação incompleta	33
Graduação completa	5
Pós-Graduação (Especialização/Mestrado/Doutorado)	2
Não informado	0

Tabela 3.4: Profissão	
Estudante	32
Advogado(a)	3
Psicólogo(a)	1
Internacionalista/Analista Internacional	1
Professor(a)	1
Aposentado(a) (PM Reformado(a))	1
Não informado	1

Favorecendo a pluralidade de membros na Clínica e observando que a Clínica contava com três núcleos distintos nos quais os voluntários poderiam trabalhar, foram aceitos quase todos os candidatos, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4: Pré-Seleção para o Curso de Formação (21/05/2016)	
Total	34
Núcleo de Combate à Violência de Estado	12
Núcleo de Gênero e Direitos da População LGBT	10
Núcleo de Migrantes, Refugiados, Xenofobia e Racismo	12

Como já mencionado¹⁵, para a aprovação do Curso de Formação, era necessária a participação em 75% dos encontros.

A tabela abaixo, número 5, mostra o número de concluintes do curso que foram selecionados para trabalhar em cada núcleo temático da Clínica após o *I Curso de Formação de Voluntários*.

Tabela 5: Aprovados no Curso de Formação	
Total	26
Núcleo de Combate à Violência de Estado	13
Núcleo de Gênero e Direitos da População LGBT	5
Núcleo de Migrantes, Refugiados, Xenofobia e Racismo	8

3.2. No II Curso de Formação

A 2ª seleção de voluntários para a Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz” contou com um quórum ainda maior e mais plural que o primeiro. Contando com um certo renome advindo do primeiro ciclo formativo e das atividades do semestre anterior, houve surpreendentes 209 inscrições.

¹⁵ Capítulo 2 deste trabalho.

Neste momento, contávamos com um formulário digital para facilitar na administração das inscrições, para realizar as seleções e podermos traçar um perfil dos interessados no voluntariado.

Além disso, neste momento, era requisitado aos candidatos a escolha imediata de um – e apenas um – dos eixos temáticos. Desta forma, facilitaria na organização das atividades entre os núcleos. Também, referente aos Núcleos, pode-se observar a presença do quarto núcleo: Promoção da Igualdade Racial¹⁶.

Por fim, deve-se considerar que nestes números não contam os voluntários do semestre anterior que continuariam trabalhando junto à Clínica. No entanto, estes voluntários “veteranos” também foram requeridos a escolher apenas um dos núcleos para trabalharem.

Tabela 6: 2ª Seleção de Voluntários (2017)	
Convocação por edital (16/01/2017 a 13/02/2017)	
Total de respostas	209
Núcleo de Combate à Violência de Estado	97
Núcleo de Gênero e Direitos da População LGBT	47
Núcleo de Migração e Refúgio	48
Núcleo de Promoção da Igualdade Racial	17

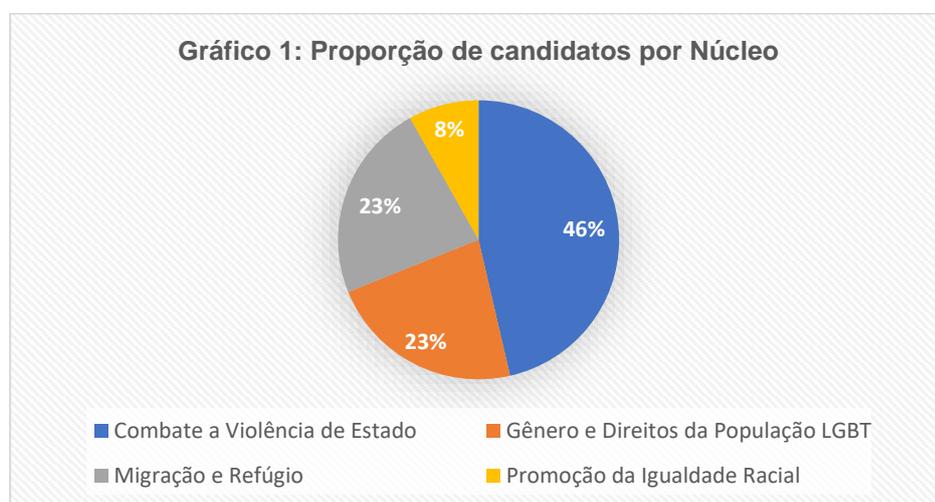


Tabela 6.1: IES de origem	
PUC-SP	88
U. P. Mackenzie	41
USP	18
UNINOVE	13
FMU	8

¹⁶ Ver Tabela 6 e Gráfico 1.

UNIP	5
USJT	4
FGV Direito SP	3
UNIFESP	3
UNESP	3
PUC-Camp	2
F. Cásper Líbero	2
UNIABC	2
Anhanguera	2
Damásio de Jesus	2
Universidade de Coimbra (UC), Portugal	2
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo	1
UERJ	1
FESPSP	1
UEL	1
UNESPAR	1
UFPA	1
UFABC	1
Sedes Sapientiae	1
SENAC	1
EPD	1
FAPSS	1
UNIFAI	1
UNIFIEO	1
FECAP	1
Fac. Oswaldo Cruz	1
FADISP	1
FASP	1
UFSJ	1
UNG	1
Unipaulistana	1
Uniararas	1
Estácio de Sá	1
Univ. São Marcos	1
Anhembi Morumbi	1
Integrado - Campo Mourão	1
Universidade de Leiden (LU), Países Baixos	1
Universidad Pompeu Fabra (UPF), Espanha	1
Não informado	2

Obs.: Alguns candidatos estão vinculados a mais de uma instituição.

Tabela 6.2: Cursos de origem	
Administração	1
Administração Pública	2

Artes Plásticas	1
Ciências Sociais	4
Comunicação Social	1
Direito	150
Economia	1
Enfermagem	1
Filosofia	3
Gestão de Comércio Internacional	1
Gestão de Políticas Públicas	1
História	1
Jornalismo	7
Letras	2
Pedagogia	2
Psicologia	21
Relações Internacionais	11
Serviço Social	8
Não informado	1

Obs.: Alguns candidatos realizam mais de um curso.

Tabela 6.3: Profissão	
Advogado(a)	40
Assistente Social	10
Bancário(a)	1
Desempregado(a)	2
Educador(a)	3
Enfermeiro(a)	1
Estudante	118
Gestor(a)	1
Internacionalista/Analista Internacional	2
Jornalista	6
Pesquisador(a)	2
Professor(a)	7
Professor(a) universitário(a)	6
Psicólogo(a)	8
Servidor(a) Público(a)	3
Trabalhador(a) do Terceiro Setor	3
Tradutor(a)/intérprete	1
Não informado	0

Obs.: Alguns candidatos possuem mais de uma profissão

Apesar do grande número de inscritos, precisamos manter o controle no número de voluntários atuantes. Portanto, para a primeira seleção e a realização do curso de formação, a

ideia foi estruturar o recém-criado Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e repor os voluntários que saíram da Clínica ao fim do 2º semestre letivo de 2016.

Nesta pré-seleção, foi mantida a prioridade da diversidade entre os membros da Clínica – de cursos de origem e grupos sociais –, especialmente na adequação a cada eixo temático, e foram consideradas ações afirmativas.

Tabela 7: Pré-Seleção para o Curso de Formação (18/02/2017)	
Total	34
Núcleo de Combate à Violência do Estado	8
Núcleo de Gênero e Direitos da População LGBT	11
Núcleo de Migração e Refúgio	8
Núcleo de Promoção da Igualdade Racial	7

Apesar do II Curso de Formação de Voluntários contar com o mesmo número de novos alunos que o I – 34¹⁷ –, o número de aprovados nesta edição foi maior que o da primeira¹⁸. Creditamos isto não ao engajamento geral dos alunos – já que, como pôde ser visto¹⁹, proporcionalmente, o número de presenças nos encontros foi menor –, mas aos fatos desta edição ter contado com menos encontros e o engajamento dos voluntários nos encontros específicos do seu eixo temático. Isto pois, como já abordado²⁰, adotamos, como metodologia de aprovação no curso, apenas a presença nos primeiros encontros e nos referentes a seu eixo temático.

Tabela 8: Aprovação no Curso de Formação	
Total	31
Núcleo de Combate à Violência do Estado	6
Núcleo de Gênero e Direitos da População LGBT	11
Núcleo de Migração e Refúgio	7
Núcleo de Promoção da Igualdade Racial	7

4. EVENTOS PROMOVIDOS PELA CLÍNICA

Em parcerias com outras instituições, seja da Sociedade Civil Organizada, como o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa do Direito da Mulher (CLADEM), ou do próprio Estados, como a Procuradoria da 3ª Região do Ministério Público Federal, a Clínica de

¹⁷ Ver Tabelas 4 e 7.

¹⁸ Ver Tabelas 5 e 8.

¹⁹ Ver Tabelas 1 e 2.

²⁰ Item 2.2. do Capítulo 2 deste trabalho.

Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz” realizou ou promoveu como apoiador eventos relacionados com os eixos temáticos trabalhados por ela.

O objetivo destes eventos era complementar a formação dos voluntários para além dos Cursos de Formação – utilizando, inclusive, outras formas de ensino, como as artes, a História e a interdisciplinaridade. Portanto, a ideia era promover um aprendizado permanente e extra universitário.

Segue a lista dos eventos promovidos na tabela abaixo.

Tabela 9: Eventos promovidos pela Clínica				
2016				
Evento	Data	Parceria	Aberto ao Público?	Presentes
Visita guiada ao "Memorial de Luta pela Justiça"	18/06/2016	Núcleo Preservação da Memória Política (Núcleo Memória)	Não	24
Cine Debate "India's Daughters"	08/08/2016	Grupo de Pesquisa de Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade da PUC-SP; C. A. "22 Agosto" - PUC-SP	Sim	S/ info
II Ciclo de Cinema "Milton Belintani": Justiça e Direitos Humanos	20/08/2016 a 10/12/2016	Núcleo Preservação da Memória Política (Núcleo Memória); OAB-SP; PRF3-MPF; DIVERSITAS-USP; Oak Foundation	Sim	S/ info
"Sustentabilidade: Diálogos acadêmicos e experiências exitosas"	23/08/2016	PRF3-MPF; U. P. Mackenzie; ANDHEP; IASP; The Research Council of Norway	Sim	S/ info
Cine Debate "De gravata e unha vermelha"	03/10/2016	Grupo de Pesquisa de Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade da PUC-SP; C. A. "22 Agosto" - PUC-SP	Sim	S/ info
2017				

Roda de conversa "Entre a crise democrática e o golpe: disputa de sentido, ensino e práticas em direitos humanos" + lançamento do livro "Clínicas de Direitos Humanos e o ensino jurídico no Brasil: da crítica à prática que renova", organizado pela CdH/UFMG	03/04/2017	CdH/UFMG; Clínica de Direitos Humanos "Luiz Gama" - FD-USP	Sim	S/ info
Seminário "Igualdade de Gênero na Educação e Liberdade de Expressão"	31/05/2017	Ação Educativa; ECOS; CLADEM; Grupo de Pesquisa de Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade da PUC-SP	Sim	S/ info
Roda de Conversa "Interculturalidade e Direitos Humanos"	17/06/2017	Não	Sim	4
Oficina "Violência de gênero nas universidades" - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular (Ação Educativa)	11/07/2017	CLADEM; Rede Feminista de Juristas - DeFEMde	Sim	S/ info
Projeto "Diálogos sobre Violência de Estado" (DSVE)	24/08/2017 a 21/09/2017	Não	Sim	S/ info

Merece atenção especial a visita ao Memorial de Luta pela Justiça, guiada pelo franco-egípcio Maurice Politi, presidente da organização social Núcleo Preservação da Memória Política e ex-presos políticos da Ditadura Militar brasileira. Isto porque serviu como abertura para o *I Curso de Formação de Voluntários* e como a primeira atividade da própria Clínica de Direitos Humanos.

5. DEPOIMENTOS DE EX-PARTICIPANTES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

Por fim, para analisarmos o impacto dos Cursos de Formação na educação e na carreira dos envolvidos, decidimos coletar depoimentos de alguns dos ex-participantes. A coleta atual, 2 e 3 anos depois das formações, vale para se analisar estes impactos com certo distanciamento temporal.

Dois ex-voluntárias da Clínica de Direitos Humanos, concluintes dos cursos de formação, aceitaram colaborar com o fornecimento de uma entrevista para compor esta pesquisa. São elas Jackeline Gomes Falcão, graduanda em Direito na Faculdade de Direito da PUC-SP, e Carolina Macedo Montañó, bacharela em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e graduanda em Direito pela Faculdade de Direito da mesma universidade.

Estas duas entrevistas foram obtidas no dia 4 de agosto de 2019.

Seguem abaixo as entrevistas.

5.1. 1ª Entrevista: Jackeline Gomes Falcão

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome:

Jackeline Gomes Falcão

1.2. Documento (RG):

38.268.506-4

1.3. E-mail:

jackelinegfalcao@gmail.com

1.4. Permite a divulgação de dados pessoais no trabalho?

Sim

1.5. Curso de Formação do qual participou:

I Curso de Formação de Voluntários

1.6. Ocupação atual:

Estagiária em escritório

1.7. Ocupação durante sua participação na(s) formação(ões):

Estagiária em escritório

2. Entrevista

2.1. Quais foram suas impressões gerais sobre o(s) Curso(s) de Formação que participou?

Particpei tanto do Curso I quanto do II. Percebo que o Curso I, formado por menos pessoas, teve um caráter de estruturação, na medida em que a Clínica estava verificando como melhor se organizaria para atender seus objetivos (extensão, pesquisa, ensino e defesa dos direitos humanos). Houve bastante integração entre aqueles que participavam, especialmente na visita organizada pela CDH. Por sua vez, o Curso II teve núcleos mais independentes que, desde o começo do ano, definiram seus projetos prioritários de atuação. Acredito que o Curso I tenha sido mais focado no ensino e extensão em grupo, com a organização de todos os encontros semanais ao sábado, enquanto que o Curso II focou-se no ensino e pesquisa individual, necessário para execução dos projetos de cada núcleo.

2.2. O(s) Curso(s) de Formação contribuiu(íram) de alguma forma para as suas atividades na Clínica e para a integração dos membros do núcleo temático do qual participava?

Por meio do Curso de Formação consegui conhecer pessoas que admiro muito e são extremamente engajadas na promoção dos direitos humanos. Apesar de não ter mais convívio com a maioria dos integrantes, ainda acompanho o trabalho de muitos através das redes sociais e outros reencontrei em outras iniciativas fora o CDH. Acredito que tenha sido essencial para minha formação encontrar e ter contato com profissionais que, por exemplo, trabalhavam com casos pro bono independentes de violência contra mulher, processos para alteração de documentos para retificação do nome de batido pelo social e etc. Dessa maneira, entendo que o Curso de Formação I tenha me dado a oportunidade de conhecer um grande número de pessoas com o objetivo comum de realizar projetos para promoção dos direitos humanos e o Curso de Formação II tenha me feito trabalhar mais intensamente com quem integrava meu núcleo e conhecê-los melhor.

2.3. O que faltou? O que ser poderia ser abordado, removido ou melhorado no(s) Curso(s) de Formação?

Acredito que o planejamento de cada núcleo para promoção e realização dos projetos necessite de alterações, pois algumas propostas inicialmente feitas não conseguiram ser concluídas.

2.4. De quais formas o(s) Curso(s) de Formação contribuiu(íram) com a sua formação acadêmica?

Os Cursos de Formação foram praticamente minha primeira experiência acadêmica na PUC, pois participei logo no meu segundo ano de faculdade. Foi a Clínica de Direitos Humanos que posteriormente me inspirou a realizar uma Iniciação Científica focada na violência de gênero. Primeiro porque outros membros realizavam outros projetos acadêmicos e eu senti a necessidade de também continuar expandido meus conhecimentos sobre o atual contexto de grupos de vulnerabilidade. Segundo porque algumas das referências bibliográficas utilizadas foram obtidas com meus estudos na clínica.

2.5. De quais formas o(s) Curso(s) de Formação impactou(aram) em seu trabalho (profissional, voluntariado etc.)?

Acompanhando a atuação profissional de muitos integrantes dos Cursos de Formação, pretendo, quando conseguir pegar a carteira da ordem, atuar em casos pro bono que envolvam grupos de vulnerabilidade dentro do meu campo de atuação principal (Direito do Trabalho).

2.6. De quais outras formas o(s) Curso(s) de Formação lhe foi/foram importante(s)?

Pessoalmente, conheci pelo menos duas pessoas que ainda tenho contato, o que me permite sair do meio profissional bitolado e viciando onde me encontro e perceber que há modos jurídicos para atuar em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade, ainda que esse não seja o enfoque principal da sua carreira. Basicamente: é possível conciliar o que estiver fazendo com formas de propagar direitos humanos utilizando conhecimento e meios jurídicos.

2.7. Para você, é importante a realização de uma formação antes da atuação direta com grupos sociais vulneráveis? Por quê?

É essencial. Pessoalmente, estive e estou inserida em um meio do trabalho e estudo no qual as pessoas não se focam na atuação com grupos sociais vulneráveis, motivo pelo qual precisei aprender como abordar certos assuntos e destruir noções pré-concebidas, bem como entender melhor sobre o contexto de grupos de vulnerabilidade nos quais não me encontro.

5.2. 2ª Entrevista: Carolina Macedo Montañó

1. Identificação

1.1. Nome:

Carolina Macedo Montañó

1.2. Documento (RG):

39.902.064-0

1.3. E-mail:

carolmmontano@gmail.com

1.4. Permite a divulgação de dados pessoais no trabalho?

Sim

1.5. Curso de Formação do qual participou:

II Curso de Formação de Voluntários

1.6. Ocupação atual:

Estagiária do GT Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União em São Paulo

1.7. Ocupação durante sua participação na(s) formação(ões):

Estudante

2. Entrevista

2.1. Quais foram suas impressões gerais sobre o(s) Curso(s) de Formação que participou?

Os Cursos de Formação foram essenciais para minha formação acadêmica, profissional e como pessoa. Ainda, foram importantes para a integração dos membros da Clínica e para construção de uma abordagem transversal dos Direitos Humanos pelos membros do grupo.

2.2. O(s) Curso(s) de Formação contribuiu(íram) de alguma forma para as suas atividades na Clínica e para a integração dos membros do núcleo temático do qual participava?

Os Cursos de Formação contribuíram, certamente, para a integração dos membros do núcleo temático que participava, bem como com os membros dos demais núcleos. Entretanto, creio que nas primeiras formações foram mais pessoas, sendo notável o esvaziamento das últimas formações. Nesse sentido, lembro-me que poucas pessoas do Núcleo de Migrações e Refúgio estavam presentes. Assim, acabei me aproximando mais de membros dos demais núcleos.

2.3. O que faltou? O que ser poderia ser abordado, removido ou melhorado no(s) Curso(s) de Formação?

Todas as palestras que participei dos Cursos de Formação foram excelentes. Os palestrantes, sempre muito abertos ao diálogo e ao debate, trouxeram exposições que marcaram muito a minha formação - tanto como profissional e como pessoa. Talvez, o que poderia ser melhorado é o que nós, como membros da Clínica, fazemos após as exposições. Por exemplo, organizar reuniões gerais com os membros para repassar o que foi abordado e produzir uma nota conjunta sobre o conteúdo ou mesmo um artigo. Ainda, pensar como o que foi dito impacta nas nossas ações. Não sei ao certo como me expressar, mas talvez repensar como trabalhamos o conteúdo das formações após as formações seja algo que faltou.

2.4. De quais formas o(s) Curso(s) de Formação contribuiu(íram) com a sua formação acadêmica?

Participar de um projeto de extensão em Direitos Humanos foi uma experiência única para a minha formação acadêmica. Como o próprio conceito de extensão sugere, creio ser essencial dialogar com a sociedade, abrindo para o público externo a possibilidade de participação. Na minha opinião, a "formação acadêmica" não pode fechar-se em si mesma e os Cursos de Formação foram um primeiro passo, na minha formação, nesse sentido. As reflexões trazidas pelos palestrantes permitiram questionar conceitos "incontroversos" trazidos em sala de aula, por uma perspectiva mais crítica. Tal perspectiva, por sua vez, enxergo como uma grande lacuna nos cursos de Direito. Por fim, creio que os Cursos permitiram a troca de experiência com as demais áreas de conhecimento (ex. psicologia, história, artes, etc) - o que permite uma abordagem transversal e necessária aos Direitos Humanos.

2.5. De quais formas o(s) Curso(s) de Formação impactou(aram) em seu trabalho (profissional, voluntariado etc.)?

Atualmente sou estagiária do GT em Migrações, Apatridia e Refúgio da Defensoria Pública da União em São Paulo e atendo, diariamente, as demandas jurídicas/administrativas de pessoas migrantes e refugiados na Capital. Os Cursos de Formação foram essenciais para a minha atuação profissional, vez que me permitiram quebrar aquela visão de atendimento do serviço público "guichê - assistido - atendente", para um atendimento que busca, antes de tudo, a escuta. Creio que os debates realizados e aprendizados que obtive nos Cursos de Formação abriram-me para realidades outras que contribuem para a construção diária de um atendimento mais humanizado.

2.6. De quais outras formas o(s) Curso(s) de Formação lhe foi/foram importante(s)?

Sem resposta.

2.7. Para você, é importante a realização de uma formação antes da atuação direta com grupos sociais vulneráveis? Por quê?

Com certeza, inclusive, no meu atual estágio na Defensoria Pública da União estamos debatendo a possibilidade de Cursos de Formação internos para os membros do setor de atendimento.

CONCLUSÃO

A partir da formação em direitos humanos de maneira interdisciplinar, buscou-se formar os estudantes em temas interdisciplinares de direitos humanos para uma atuação direta com diferentes pessoas, para além das salas de aula, a fim pensar em meios de efetivar os Direitos Humanos. Dessa forma, o trabalho da Clínica buscou o desenvolvimento de atividades orientadas por diferentes instrumentos de estudo e atuação prática.

Assim, introduzindo um ensino crítico e clínico do Direito à realidade acadêmica dos estudantes que se voluntariaram nesta Clínica, buscou-se formar futuros profissionais preocupados com a salvaguarda e a promoção dos direitos humanos, independente da carreira que sigam.

Procurou-se assim discutir o ensino jurídico, para transformá-lo de modo interdisciplinar e com o contato com a diversidade e a vulnerabilidade.

Os estudantes seriam levados de encontro a pessoas advindas de grupos vulneráveis, tradicionalmente afastadas do espaço acadêmico. Mas para isso, foram realizados cursos preparatórios para os estudantes voluntários em duas ocasiões, em 2016 e 2017, para que capacitasse este diálogo de forma construtiva, aumentassem sua empatia com o próximo e pudessem rever seus privilégios. Desta forma estariam preparados para uma atuação direta com diferentes pessoas para conseguirem pensar os meios de efetivação de Direitos Humanos para além da sala de aula.

Por fim, foi observado, através dos depoimentos fornecidos por ex-participantes dos Cursos de Formação de Voluntários, a realização de um ciclo formativo de prática e efetivação em Direitos Humanos com foco no trato de indivíduos e grupos sociais em situação de vulnerabilidade causaram impactos positivos para os voluntários da Clínica, tanto para o seu trabalho nas atividades internas à própria Clínica, como complementaram o objetivo da Clínica em impactar a formação e a carreira dos ex-alunos, tornando-os mais sensíveis às pautas de proteção de direitos humanos e fundamentais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVICH, Victor. “La enseñanza del Derecho en las clínicas legales de interés público”, in: *Enseñanza clínica del Derecho, una alternativa a los métodos tradicionales de formación de abogados*, año 5, n. 10, Buenos Aires, 2007.

CAVALLARO, James L.; GARCÍA, Fernando E. “¿Cómo establecer una Clínica de Derechos Humanos? Lecciones de los Prejuicios y Errores Colectivos en las Américas”, *Justicia Constitucional*, v. 6, p. 124, nov. 2011.

GADOTTI, Moacir. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAPA, Fernanda Brandão. *Clínica de Direitos Humanos: uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil*. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

TOSCANO, Ana Clara; NORMANTON, Ana C. M.; DAIER, Felipe. “Clínica de Direitos Humanos PUC-SP ‘Maria Augusta Thomaz’: Formação de defensoras/es de Direitos Humanos através da educação emancipadora”, in: DRUMMOND, Amanda Naves; ALEIXO, Letícia Soares Peixoto (orgs.). *Clínica de Direitos Humanos e o Ensino Jurídico no Brasil: da crítica à prática que renova*. 1. ed., Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017, v., p. 18-34. Disponível em: <<https://issuu.com/clinicadedireitoshumanosdaufmg/docs/merged>>. Acesso em 05 jun 2019.

SAULE JÚNIOR, Nelson et al. *Pesquisa - Organismos Universitários de Direitos Humanos*. São Paulo: Artgraph, 2015. Disponível em: <<https://organismosuniversitariosdedireitoshumanos.files.wordpress.com/2015/08/pesquisa-organismos-universitarios-de-direitos-humanos-digital.pdf>>. Acesso em 05 jun 2019.

WITKER, Jorge. “La Enseñanza Clínica del Derecho”. *Revista sobre Enseñanza del Derecho*, Buenos Aires, Año 5, n. 10, 2007.

WIZNER, Stephen. “The Law School Clinic: Legal Education in the Interests of Justice”. *Fordham Law Review*, New York, vol. 70, 2001-2002.